
Dossiê: O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.49658>

O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Reinventando o Estado nacional no contexto de transição de hegemonia global*

*Brazil and World War II:
Reinventing the nation state in the context of global hegemonic transition*

*Brasil y la Segunda Guerra Mundial:
Reinventando el Estado nacional en el contexto de transición de la hegemonía global*

Alexandre Fortes**

<https://orcid.org/0000-0002-3728-2318>

RESUMO: O artigo aborda a Segunda Guerra Mundial como catalisadora de transformações no Estado brasileiro e em sua relação com a sociedade nacional, particularmente no que diz respeito a relações de classe, identidades étnico-raciais e concepções de cidadania, à luz de debates referentes à história global, ao conceito de guerra total e à ascensão dos Estados Unidos à condição de potência hegemônica no sistema capitalista global.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. Nacionalismo. Classe. Raça. Cidadania.

ABSTRACT: This article addresses World War II as a catalyst for transformations in the Brazilian state and its relationship with national society, particularly concerning class relations, ethnic-racial identities, and conceptions of citizenship, in light of debates concerning global history, the concept of total war, and the rise of the United States to hegemonic power in the global capitalist system.

Keywords: World War II. Nationalism. Class. Race. Citizenship.

* Versões preliminares desse texto foram apresentadas pelo autor no simpósio “Rethinking the History of Global Capitalism” (Universidade Federal Fluminense, Março de 2024), no seminário “Labor History: Views from Brazil” (Harvard University, Novembro de 2024) e no Brazilian Studies Lunchtime Series (Yale University, Novembro de 2024). A pesquisa que deu origem a este trabalho contou com apoio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq e bolsa Cientista do Nossa Estado (Faperj).

** 2025-26 Andrew W. Mellon Foundation Fellow, Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences, Stanford University. Professor Titular, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em História, Universidade Estadual de Campinas. Autor de *The Second World War and the Rise of Mass Nationalism in Brazil: Class, Race, and Citizenship* (2024, Palgrave Macmillan); Co-organizador de: *The Entangled Labor Histories of Brazil and the United States* (Lexington Books, 2023); Co-organizador de: *Brazilian Labour History: New Perspectives in Global Context* (Cambridge University Press, 2017). E-mail: fortess.ufrrj@gmail.com.

RESUMEN: El artículo aborda la Segunda Guerra Mundial como catalizador de transformaciones en el Estado brasileño y en su relación con la sociedad nacional, particularmente en lo que respecta a las relaciones de clase, las identidades étnico-raciales y las concepciones de ciudadanía, a la luz de los debates sobre la historia global, el concepto de guerra total y el ascenso de Estados Unidos a la condición de potencia hegemónica en el sistema capitalista global.

Palabras clave: Segunda Guerra Mundial; Nacionalismo; Clase; Raza; Ciudadanía

Como citar este artigo:

Fortes, Alexandre. “O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Reinventando o Estado nacional no contexto de transição de hegemonia global”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 82-99.

Introdução

A vasta, diversificada e rica produção historiográfica sobre o Brasil entre 1930 e 1945, um momento crítico de transformações socioeconômicas, caracteriza-se, entretanto, por uma abordagem predominantemente endógena. A permanência do presidente Getúlio Vargas no poder durante essa década e meia é vista como suficiente para conferir um sentido unificador aos acontecimentos, dentro dos limites das fronteiras. O controle do Estado nacional sobre o processo histórico é geralmente superestimado, em um período em que ele foi recorrentemente desafiado, de cima, pelo ambiente internacional de conflagração e, de baixo, por sujeitos coletivos subalternos.

Este artigo delineia uma proposta de releitura daquele período da história brasileira, a partir de uma perspectiva que integra os processos internos às grandes transformações vividas pelo capitalismo global na época, que levaram à Segunda Guerra Mundial e à consolidação da hegemonia dos Estados Unidos. Situamos a análise do caso brasileiro num contexto geral em que a intensificação dos conflitos entre as potências capitalistas e a luta de classes nas primeiras décadas do século XX deu origem ao desenvolvimento de novos projetos nacionalistas na periferia do sistema mundial e, ao mesmo tempo, criou as condições para sua viabilização.

No Brasil, o colapso provocado pela crise de 1929 deu origem a um reformismo tecnocrático autoritário que obteve poucos resultados em suas tentativas de industrializar o país e implementar novas formas de cidadania nos seus primeiros dez anos. À medida que o mundo caminhava rumo à guerra, uma política externa pragmática e habilidosa, por um lado, e a associação entre patriotismo e antifascismo, por outro, lançaram as bases para uma nova configuração do Estado brasileiro. Ela se baseava na aliança entre empresários e líderes políticos e militares, em

defesa da industrialização como condição para a soberania nacional, do nacionalismo de massas e da consagração do mito da “democracia racial” como componente fundamental da identidade nacional.

Para analisarmos essa conexão entre o cenário de conflamação global e as profundas redefinições do caráter do Estado brasileiro e de sua relação com a sociedade, apresentaremos, inicialmente, um quadro de referências sobre o sistema capitalista global, o desenvolvimento dos estados nacionais, as transições entre potências hegemônicas e as experiências de guerra total. Com base nesse arcabouço, reexaminaremos o papel da Segunda Guerra Mundial como catalisadora de transformações nas relações de classe, nos paradigmas raciais e nas noções de cidadania no Brasil, no contexto da emergência de um novo sistema internacional baseado no princípio da universalização da autodeterminação dos povos após a vitória aliada.

Capitalismo global, disputa de hegemonia e nacionalismo periférico

Durante várias décadas, obras marcantes de historiadores e outros cientistas sociais demonstraram que empresas e poder político são vetores complementares e interdependentes no desenvolvimento do capitalismo global. As formações estatais assumem características distintas em momentos históricos específicos, enquanto componentes de “mundos” moldados pela correlação de forças entre poderes econômicos, políticos e militares (Braudel 1992; Beckert 2014; Tomich 2018). Paralelamente, a mercantilização do trabalho se desenvolve sob múltiplas formas, o mesmo ocorrendo com as formas de resistência coletiva que ela enfrenta, tanto no interior dos territórios nacionais quanto além de seus limites (Silver 2008; Linden 2008; Burawoy 2003). A cada ciclo histórico, as disputas entre as grandes e médias potências e a ascensão de novos Estados hegemônicos resultam na redefinição do próprio caráter do sistema internacional, estabelecendo e suprimindo fronteiras e fortalecendo ou enfraquecendo soberanias (Arrighi 1994; Wallerstein 2004).

O Estado-nação contemporâneo deve, portanto, ser abordado em sua historicidade como produto de processos transnacionais e conectados. No entanto, sua própria disseminação, que se tornou efetivamente global após as ondas de descolonização nos séculos XIX e XX, consagrou a visão que o define como espaço “natural” da análise histórica, à medida que os novos Estados independentes, seguindo os passos de seus antecessores, projetavam retrospectivamente suas narrativas de autolegitimação e seus mitos de origem (B. R. O. Anderson 1983; Hobsbawm 1992; Wimmer e Glick Schiller 2002). Apesar do desenvolvimento de abordagens inovadoras mencionadas acima, a produção historiográfica continua dominada por obras que tratam a história mundial como uma coleção de histórias nacionais, ocasionalmente afetadas por “fatores externos”.

A análise crítica do capitalismo não ficou imune a essas limitações. Modelos evolucionários de desenvolvimento econômico e social, com os respectivos sistemas políticos, são aplicados para classificar países específicos como “avançados”, “atrasados”, “prematuros” (P. Anderson 1964) ou “tardios” (Mandel 1985; Mello 2009), baseados, como criticou Thompson, em um tipo-ideal de desenvolvimento capitalista, sem sustentação na realidade histórica (Thompson 1993). A dominação imperialista é frequentemente vista como uma condição genérica de exploração e interferência política do centro sobre a periferia. Poucos trabalhos dedicam atenção às formas concretas pelas quais as relações internacionais se entrelaçam com a construção e a redefinição do próprio caráter do Estado nacional. O estruturalismo determinista contribui pouco para a compreensão da relação entre o Estado nacional e o “andar superior” do sistema capitalista mundial, e o mesmo vale para sua relação com o “andar inferior”. Como observou o sociólogo sul-africano Eddie Webster, certas versões da teoria da dependência tornaram-se uma tentativa peculiar de erguer um marxismo sem luta de classes, no qual os intelectuais substituem a classe trabalhadora como sujeito da transformação histórica (Webster 1996).

Uma das consequências da “naturalização” do quadro nacional das metanarrativas historiográficas é que as guerras são tratadas como eventos mais ou menos incidentais, nos quais a ampliação da escala da violência estatal e a violação das fronteiras perturbam momentaneamente a “normalidade” histórica doméstica e pacífica. Trata-se de uma percepção bastante distorcida da relação entre o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e as experiências de guerra total.

Guerra total, planejamento econômico, hegemonia dos EUA e industrialização

De que forma o contexto de conflito global nas décadas de 1930 e 1940 contribuiu para o surgimento do “desenvolvimentismo nacional” no Brasil? Para responder a essa pergunta, devemos abordar como as experiências de guerra total afetam as ideias e práticas econômicas, as características do processo de transição na hegemonia do capitalismo global e como inovações tecnológicas, como a aviação, transformaram a geopolítica.

Para Hobsbawm, a invenção da guerra total desempenhou papel fundamental na sobrevivência e posterior difusão do modelo Estado-nação baseado na soberania popular, um dos vetores da “Dupla Revolução” que originou o mundo contemporâneo, ao lado da Revolução Industrial. A experiência revolucionária francesa só sobreviveu ao ataque dos exércitos europeus mais poderosos contra a França revolucionária graças à mobilização ilimitada de recursos econômicos e sociais, bem como à abolição temporária das distinções entre as esferas civil e militar (Hobsbawm 1996). A guerra total também desempenhou um papel vital na transição da hegemonia nas primeiras décadas do século XX. Os EUA e a Alemanha estabeleceram-se, no final do século

XIX, como os principais centros emergentes do capitalismo global. No entanto, enquanto a Alemanha perdeu duas guerras mundiais, o isolamento geográfico dos EUA atrasou o envolvimento direto em ambos os casos, poupano o país da devastação dos combates em seu território, preservando sua estrutura produtiva e reduzindo as perdas civis e militares. Enquanto seus concorrentes ficavam exaustos e endividados, os EUA expandiram sua participação no mercado global, tornaram-se um grande credor e estabeleceram sua moeda como principal meio de troca e como reserva mundial (Arrighi 1993).

Consolidados como o novo centro dinâmico da acumulação global, os EUA enfrentaram os efeitos da Grande Depressão e as ameaças dos novos impérios regionais autárquicos construídos pela Alemanha e pelo Japão, antes de superarem sua relutância em assumir um papel de liderança na redefinição do sistema internacional. Nessa perspectiva, há uma crescente convergência entre os especialistas quanto à definição da invasão japonesa da Manchúria em 1931 como o início da guerra (Overy 2023), e alguns chegam a estabelecer seu fim na Guerra da Coreia em 1953 (Buchanan 2019).

No final da década de 1930, o messianismo do Destino Manifesto foi atualizado, dando origem à visão de um “Século Americano” (Buchanan 2021). Isso afetou diretamente a relação dos EUA com a América Latina, especialmente com a América do Sul. A Doutrina de Defesa Hemisférica, adotada em 1938, baseava-se em novas perspectivas sobre a vulnerabilidade territorial, que levavam em conta a crescente capacidade das aeronaves de percorrer longas distâncias (Conn e Fairchild 1989). Em 1940, o Nordeste brasileiro, próximo à África Ocidental, era considerado o ponto mais vulnerável da defesa do continente. Isso colocou Getúlio Vargas diante de duas opções: ou ele se tornaria um aliado privilegiado, cujas demandas seriam tratadas com a máxima atenção, ou o país seria invadido por cem mil soldados na Operação Pote de Ouro (McCann 1974).

A “Era da Catástrofe” também teve impacto no pensamento e nas políticas econômicas (Hobsbawm 1994). Polanyi analisou a relação entre o equilíbrio de poder, o mercado autorregulável, o Estado liberal e o padrão-ouro. A ruptura do primeiro pilar da ordem global do século XIX abalou os demais (Polanyi 1975). O Império Britânico, bastião do equilíbrio fiscal, nunca mais foi o mesmo depois de travar duas guerras muito além de suas possibilidades. (Hobsbawm 1994, 46) O planejamento econômico tornou-se imperativo para governos de todo o espectro ideológico. Na Primeira Guerra Mundial, Lenin aprendeu, com a economia de guerra imperial alemã, a criar mecanismos de planejamento centralizado. Após a invasão da Polônia, as democracias ocidentais fariam o mesmo com as experiências alemã e soviética. Galbraith ressalta que a resistência às ideias keynesianas manteve 17% da força de trabalho dos EUA desempregada

até 1939, mas, ao país ingressar na guerra ao final de 1941, a economia estadunidense passou a enfrentar escassez de mão de obra (Galbraith 1979, 220).

O crescimento econômico, a estabilização e a modernização eram cruciais para o Brasil após a crise de 1929. Mas nem os acordos da “marca de compensação” assinados em 1934, que transformaram a Alemanha no maior parceiro comercial do Brasil por alguns anos (N. Y. Times, 1936), nem os Acordos de Washington de 1941-1942 teriam sido concebíveis fora do contexto do rearmamento e do expansionismo do governo nazista, ou da entrada dos EUA na guerra. Ao explorar as rivalidades entre as grandes potências, o Brasil deu início a um ciclo de rápido crescimento econômico que beneficiou tanto o setor agrícola quanto o industrial, superou os efeitos devastadores da Grande Depressão e construiu as bases para um novo nível de industrialização (Abreu 2008; Moura 1980; Seitenfus 2000; 1985).

Ao mesmo tempo em que a ortodoxia do livre mercado era abalada nos EUA, a parceria entre o Brasil e a Alemanha tornava-se inviável. O bloqueio do Atlântico afetou negativamente os embarques de armas e munições considerados vitais para as Forças Armadas brasileiras. À medida que os EUA se preparavam para a guerra, crescia a pressão por uma aliança entre as repúblicas americanas. Após Pearl Harbor, inicia-se o “paroxismo central” da Segunda Guerra Mundial, já que os EUA eram a única potência com a capacidade e a disposição para lutar em todas as frentes espalhadas pelo globo e unificá-las definitivamente em uma única guerra (Buchanan 2023). Vargas e seus assessores perceberam que precisavam abandonar a neutralidade e seguir a liderança dos EUA. Um mês depois, o Brasil rompeu relações com o Eixo e, em agosto de 1942, declarou guerra à Alemanha e à Itália.

Além de sua posição geográfica estratégica, a capacidade produtiva do Brasil tinha grande valor para a economia de guerra dos Estados Unidos. A transformação da riqueza natural brasileira em capacidade real de fornecer alimentos, vegetais e matérias-primas minerais aos Aliados dependia da mão de obra brasileira. O mesmo se aplicava à construção das bases aéreas e navais para integrar mais território brasileiro ao sistema logístico com o qual os Estados Unidos planejavam travar uma guerra global.

Em um discurso em Volta Redonda, em maio de 1943, o presidente Getúlio Vargas descreveu a construção da Usina Siderúrgica Nacional, financiada pelos Estados Unidos, como “o marco definitivo da emancipação econômica do país”, que estava “plantada em cimento e ferro, desafiando o ceticismo e o desânimo”. O Brasil logo deixaria de ser “semicolonial, agrária, importadora de manufaturados e exportadora de matérias-primas” e passaria a ter “uma vida industrial autônoma, capaz de prover suas urgentes necessidades de defesa e equipamento”. Em

referência aos proprietários de terras, o presidente argumentou que, mesmo “os conservadores agrários mais obstinados”, tinham que entender que não era mais possível “depender da importação de máquinas e ferramentas, quando uma enxada, esse instrumento agrícola indispensável e primitivo, custa ao agricultor o salário de uma semana de trabalho” (Vargas 2004, 104). O aprofundamento do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial criou condições excepcionais para um salto na industrialização. Em poucos anos, o nacionalismo econômico se consolidou, com a criação de vários órgãos de planejamento econômico e a realização de conferências marcantes entre empresários e economistas (Ianni 2009, 54–82). A indústria passou a ocupar um novo lugar na realidade presente e nas visões de futuro da economia brasileira.

Desde a década de 1930, já se disseminava uma maior consciência da interligação entre a indústria pesada e a soberania nacional entre as elites militares e empresariais. Uma vez estabelecida a aliança com os EUA, a implementação de projetos estratégicos foi acelerada. Estes incluíam a já mencionada Companhia Siderúrgica Nacional, a nacionalização da produção de minério de ferro, companhias aéreas, bancos e até mesmo grandes complexos madeireiros pertencentes a empresas do Eixo e dos Aliados, a expansão da produção de carvão, têxtil e metalúrgica, a consolidação da indústria química, o restabelecimento em escala ampliada da produção de borracha natural, a extração de sementes utilizadas na fabricação de óleo para aviação, bem como a mineração de minérios que nunca haviam sido explorados em grande escala, como mica, quartzo, tungstênio, manganês, entre outros (Fortes 2024a).

As transformações da economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial ilustram os argumentos de Arrighi de que a consolidação da hegemonia dos EUA sobre um mundo composto por Estados-nação formalmente soberanos não se caracterizava, inicialmente, apenas pela capacidade de subordinar as potências rivais e os países periféricos. Ela implicava também a capacidade de conferir a todos os Estados participantes do novo sistema internacional maior legitimidade perante seus próprios cidadãos, por meio da disseminação de valores associados à universalização da soberania nacional, da democracia e do direito ao desenvolvimento (Arrighi 1993).

Nacionalismo de massas: classe, raça e cidadania

Embora Getúlio Vargas tenha sido frequentemente classificado como populista em análises retrospectivas, seu regime nunca demonstrou interesse em criar organizações de mobilização de massas até se deparar com o risco de ser derrubado em 1945. A estrutura sindical oficial não incluía uma central sindical nacional para mobilizar os trabalhadores pró-governo. Os apoiadores populares de Vargas não desempenharam nenhum papel político significativo no regime. Após o

autogolpe de 1937, ele supriu todo o sistema partidário, em vez de criar um partido pró-regime. Os sindicatos oficiais, agora livres dos comunistas, sofreram um forte declínio no número de membros e na eficácia (Fortes 2004).

A falta de apoio de organizações de massa ativas privou o governo Vargas de uma ferramenta essencial para superar a resistência, interna e externa, às medidas mais progressistas de sua agenda política. Mas isso foi uma consequência natural da influência persistente do anticomunismo no regime, que caracterizava a luta de classes como antinacional (Motta 2019; Vianna 1976), e das ideias eugenistas, que viam as maiorias mestiças e negras do país como incompatíveis com uma nação civilizada (Oliveira Viana 1934; Needell 1995). O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial levou a profundas mudanças nas características políticas do “varguismo”, que se tornou mais participativo e menos previsível como movimento nacionalista de massas.

Em novembro de 1941, o coronel Benjamin Vargas, em nome de seu irmão presidente, garantiu ao embaixador do *Reich* no Rio que o Brasil nunca romperia relações com a Alemanha. As concessões feitas até então aos EUA eram justificadas como uma estratégia para evitar qualquer pretexto para uma invasão do país (Prüfer 1941). Algumas semanas depois, porém, o ataque japonês a Pearl Harbor marcou a entrada da guerra no continente e, dois meses depois, Vargas quebrou sua promessa (Valle 1942). O diário do presidente revela que ele temia perder o controle do país ao ser arrastado para a guerra (Vargas 1995). Ainda assim, ele conseguiu se reinventar para capitalizar o potencial do contexto político, muito mais volátil, em que o país entrou.

Em 1942, uma onda de manifestações de rua de proporções sem precedentes, lideradas principalmente por organizações estudantis, espalhou-se por todo o país, atingindo seu auge em agosto, quando um único submarino alemão afundou seis navios brasileiros, matando 600 pessoas cujos corpos foram levados pelas ondas até as praias do Nordeste (Falcão 1998). Milhares de brasileiros saíram às ruas para expressar sua raiva e repulsa diante das consequências letais de uma ideologia baseada no ódio, na violência, no autoritarismo e no racismo. “Súditos do Eixo”, muitos deles cidadãos brasileiros de origem alemã, italiana ou japonesa, foram vítimas de humilhações e ameaças, tiveram seus bens saqueados e incendiados (Fortes 2024b; Ferreira 2017a; 2017b; Freire 2014), e alguns foram detidos em campos de prisioneiros (Perazzo 2009).

Apesar dos excessos ocasionais, os protestos constituíram uma experiência intensamente democrática e foram decisivos para a formação de uma nova geração de atores políticos. A ligação entre nacionalismo, antifascismo e panamericanismo, naquele momento único em que a disputa entre capitalismo e comunismo ficou em segundo plano no século XX (Hobsbawm 1994), redefiniu

o cenário político brasileiro. Em janeiro de 1944, dez mil pessoas comemoraram o segundo aniversário do rompimento das relações com o Eixo em frente ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro, cuja fachada estava coberta com retratos gigantes de Vargas, Roosevelt, Churchill, Chiang Kai-Shek e Stalin, expressando a aliança tácita entre o regime autoritário e os comunistas que abraçaram a estratégia da “União Nacional” (Petterson 1944).

A economia de guerra remodelou a classe trabalhadora brasileira. A migração interna acelerou-se, seguindo padrões antigos e novos. Novos ofícios foram aprendidos e novas habilidades desenvolvidas. As fábricas têxteis bateram recordes históricos de produção. Grandes canteiros de obras temporários surgiram e desapareceram em poucos anos. Em outros casos, novas cidades industriais erguidas em resposta às demandas da guerra expandiram-se nas décadas seguintes, alterando a geografia econômica do país. Embora medidas como a criação dos tribunais do trabalho, dos institutos da previdência social e a consolidação da legislação trabalhista tenham oferecido aos trabalhadores vislumbres de um Estado de bem-estar social, seu cotidiano era marcado pela superexploração, acidentes, doenças ocupacionais, alta inflação e racionamento (Wolfe 1993; Paoli 1987). Muitos direitos trabalhistas foram suspensos por anos, enquanto empresas nacionais e estrangeiras descumpriam outros de forma flagrante. Apesar do persistente aumento da inflação durante o período em que o país se envolveu diretamente na guerra, o valor do salário-mínimo foi reajustado uma única vez, em 1943, o que reduziu significativamente o seu impacto positivo inicial no poder de compra dos trabalhadores.

Os militantes comunistas desempenharam um papel proeminente no trabalho de base dos trabalhadores e aproveitaram o crescente sentimento antifascista para recrutar novos membros (E. Martins 1989; Grossi 1981; Ribeiro 2013; Amaral 2016). No entanto, apesar da oposição do Partido Comunista às greves que poderiam ameaçar a contribuição do Brasil para o esforço de guerra dos Aliados (Paoli 1987; Weffort 1973; Alem 1981), elas começaram a se multiplicar, tornando-se uma grande onda em 1945 (Wolfe 1993; Costa 1995). Naquele ano, segundo o adido trabalhista dos Estados Unidos, em nove meses, o movimento operário “fez mais progresso do que em toda a história anterior do Brasil” (Rowell 1945). As lições de resistência à superexploração e ao autoritarismo nas fábricas, no auge da Segunda Guerra Mundial, combinadas com a apropriação do nacionalismo em defesa de seus direitos, transformaram os trabalhadores em novos atores mais significativos da política brasileira do pós-guerra (Fontes *et al.* 2019).

Outra dimensão em que o impacto do envolvimento com a Segunda Guerra Mundial se fez sentir foi a das concepções raciais. Os debates sobre a relação entre a composição étnico-racial da população, a consolidação da identidade nacional e a força do Estado foram intensos entre as duas

guerras mundiais. Vários pesquisadores afirmam que, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, a “democracia racial” tornou-se a ideologia oficial, a miscigenação passou a ser vista de forma positiva e a eugenia e a busca pelo branqueamento foram abandonadas (Gomes 1988, 242; Alberto 2018; Andrews 2021). No entanto, a situação era mais complexa e conflituosa.

A publicação de obras que destacam as contribuições africanas para a cultura brasileira, como *Casa-Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre (Freyre 1933), marcou profundas transformações no tratamento do tema. Mas, ao mesmo tempo, a chegada dos nazistas ao poder na Alemanha foi comemorada pelos racistas brasileiros. Francisco José de Oliveira Viana, influente sociólogo e ideólogo do regime varguista, era uma das principais vozes que defendiam que a “arianização”, por meio de medidas eugenéticas e de uma política migratória seletiva, era condição para o avanço civilizatório do país (Oliveira Viana 1934; 1920). A ascensão do Terceiro Reich incentivou alguns de seus discípulos a buscar apoio às ideias do mestre na própria Alemanha (Lima 1934). Em 1940, a Sociedade Alemã para a Higiene Racial elogiou Oliveira Viana como o único sociólogo brasileiro que reconhecia plenamente o papel das determinações biológicas, mas refutou suas teses sobre a “arianização progressiva” baseadas na suposta predominância do sangue ariano na miscigenação. Para os cientistas do Reich, o Brasil só teria futuro se a maioria afrodescendente fosse submetida ao domínio de uma raça superior (Krieger 1940, 09–54).

Em 1938, Vargas comprometeu-se a “fortalecer a raça, assegurando a preparação cultural e eugênica das novas gerações” (D’Araujo 2011, 384–86; Albuquerque 1940). O “Dia da Raça e da Juventude” foi comemorado com desfiles de estudantes que representavam o novo “tipo nacional brasileiro”, a “raça do futuro”, resultante de medidas de saúde pública, de educação física e do “afluxo de sangue dos vários países da Europa” (*Correio da Manhã* 1938). Mesmo em 1944, num momento em que a iminente derrota do Eixo desmoralizava as doutrinas supremacistas, um proeminente diplomata brasileiro assegurava aos seus leitores de língua inglesa que o país caminhava para “a preponderância da raça branca”, pois “a imigração negra” havia sido abolida com a escravidão “e os caucasianos tinham melhor saúde e uma taxa de mortalidade muito menor do que os mulatos e caboclos” (Jobim 1944).

No entanto, o envolvimento na guerra ao lado dos Aliados fomentou o desenvolvimento de perspectivas antirracistas. Como pode ser verificado em matérias de imprensa publicadas a partir de 1937, os críticos da “arianização” de Oliveira Viana defendiam que a ausência de segregação legal e a criação de uma cultura nacional compartilhada por brasileiros de diferentes “raças” conferiam ao Brasil uma vantagem frente aos países europeus e aos Estados Unidos (Tabajara 1937). À medida que a aliança entre o Brasil e os Estados Unidos – ambos “compelidos a adotar

nacionalismos mais inclusivos em termos raciais” (Graham 2019, 261) – tomou forma, a cooperação intelectual em estudos raciais que substituíam o determinismo biológico pelo relativismo cultural ampliou-se (Guimarães 2008).

Em 1943, o antropólogo Arthur Ramos consagrou o conceito de “democracia racial” em seu livro *Guerra e Relações de Raça*, denunciando os “mitos de superioridade e inferioridade racial” que serviam apenas a “fins de pilhagem e conquista” (Guimarães 2002, 12; Ramos 1943, 09, 142). Naquele mesmo ano, o crítico literário Waldo Frank registrou que a falta de “democracia racial” enfraquecia os Estados Unidos no seu objetivo de consolidar uma liderança inabalável sobre o continente (Frank 1943). O vice-presidente dos Estados Unidos, Henry Wallace, publicou uma carta aberta saudando o povo brasileiro por contribuir para o esforço de guerra e provar “que é possível alcançar uma democracia genética” que reconhece “a igualdade de todos os sangues” (*O Dia* 1943). Quando a Força Expedicionária Brasileira desembarcou na Itália para combater as forças do Eixo, jornalistas brasileiros proclamaram que seus “guerreiros de bronze” ensinariam “democracia racial” ao velho continente (Vinagre 1944).

No entanto, essa mudança de paradigma estava longe de ser uma política oficial do Estado brasileiro. Arthur Ramos era um ativista antifascista dedicado, próximo ao Partido Comunista, que, desde 1934, articulava intelectuais progressistas na publicação de manifestos antirracistas e tinha seus livros publicados pela União Nacional dos Estudantes. Gilberto Freyre foi preso e perseguido por denunciar a cumplicidade das autoridades civis, militares e religiosas locais em Pernambuco na disseminação da propaganda nazista, que ele considerava uma ameaça significativa para um país cuja “toda a organização repousava na miscigenação, nos direitos dos negros, dos indígenas e dos mestiços, aos mesmos privilégios dos brancos” (Freyre 1942). Foi apenas no pós-guerra que a difusão da ideia de que o Brasil era uma “democracia racial” tornou-se um dos principais trunfos diplomáticos do país num mundo que enfrentava os desafios da descolonização.

As transformações nas relações de classe e raciais e o nacionalismo de massas nas ruas desafiaram um regime tecnocrático verticalizado a abrir canais de participação política e tornar mais eficaz seu projeto de cidadania corporativista. Como aponta Charles Tilly, a expansão das demandas militares desempenhou um papel decisivo na formação da noção moderna de cidadania. A implementação do governo direto, conectando o poder central e os indivíduos, permitiu a mobilização total de recursos para defender a nação e fortaleceu o vínculo com a identidade nacional. No entanto, também gerou reivindicações coletivas por direitos sociais legitimadas pelos sacrifícios feitos pela pátria. (Tilly 1995)

Em seu discurso do Dia do Trabalho de 1943, Vargas apresentou sua Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como uma iniciativa alinhada com “o programa das Nações Unidas estabelecido na Carta do Atlântico” e como retribuição ao engajamento dos trabalhadores nacionais na vital “Batalha da Produção” (“President Vargas’ Labour Day Speech on 1st May 1943” 1943). Um ano depois, seus apoiadores seguravam cartazes que associavam identidade de classe, patriotismo e antifascismo: “Viva o Primeiro de Maio”; “Todos pelo Brasil e pela vitória das Nações Unidas”; “Viva Getúlio Vargas, comandante do Brasil em guerra”; “Os açambarcadores e tubarões do mercado negro são agentes de Hitler”. O diretor do FBI, J. Edgar Hoover, elogiou a “visão extraordinariamente abrangente de Vargas” ao nomear Fillinto Muller, notório simpatizante do Eixo, demitido do cargo de chefe de polícia em 1942 por se opor às manifestações antifascistas dos estudantes, para a presidência do Conselho Nacional do Trabalho. Atribuir a gestão dos direitos sociais a anticomunistas convictos era precisamente o que se devia fazer para erguer um “parabrisas que temperasse o vento internacional da democracia do pós-guerra” (Hoover 1943).

A admiração de Hoover por Vargas remontava a 1935, quando, após uma tentativa de insurreição liderada pelos comunistas, o FBI foi chamado a colaborar na criação de uma polícia política integrada em nível nacional no Brasil (Huggins 1998). Nesse mesmo ano, o jurista Francisco Campos empregou o conceito de “estado de exceção”, utilizado pelo jurista alemão Carl Schmitt, para embasar a concessão de poderes ilimitados a Hitler, como base da Lei de Segurança Nacional brasileira. Numa curiosa reviravolta, esse princípio que colocava a segurança do Estado acima dos direitos dos cidadãos, inicialmente voltado ao combate ao comunismo, foi amplamente utilizado durante a guerra contra os “súditos do Eixo” na América Latina (Friedman 2003; Barnhart 1962). Para promover a “segurança hemisférica”, o Serviço Especial de Inteligência do Federal Bureau of Investigation (FBI) operava como um sistema transnacional de vigilância em todo o continente. No Brasil, trezentos agentes e informantes trabalhavam nas Delegacias de Polícia Política e Ordem Social, realizando até mesmo tarefas rotineiras contra crimes comuns (U.S. Federal Bureau of Investigation (FBI) 1947).

Quando os manifestantes exigiram que o Brasil se juntasse à causa aliada, expressaram a esperança de um novo mundo baseado na harmonia entre os povos. Eles rejeitaram o Eixo e seu projeto de um mundo dividido entre “raças superiores” e povos escravizados. A mobilização antifascista e o esforço de guerra empoderaram os setores subalternos da sociedade brasileira e catalisaram o surgimento de novas forças sociopolíticas que transformariam a política do país nas décadas seguintes. Curiosamente, em seus estágios iniciais, esse nacionalismo de massa coexistiu com a presença marcante dos Estados Unidos em algumas das principais cidades brasileiras. A

bandeira americana era hasteada ao lado da brasileira, e as autoridades militares ianques ocupavam o centro do palco nas paradas do Dia da Independência do Brasil. (Fortes 2024a)

Nos últimos anos da guerra, novos direitos sociais foram reconhecidos para os chefes de família do sexo masculino no mercado de trabalho formal, e o país se preparou para experimentar, pela primeira vez, o voto popular em larga escala. A resistência durante a guerra, os protestos em massa e os debates públicos permitiram ao Brasil vislumbrar seu potencial como uma nação verdadeiramente independente, desenvolvida e justa. Essa visão utópica de um nacionalismo inclusivo alimentou novos ciclos de luta popular desde então. No entanto, a luta de classes e a organização autônoma da classe trabalhadora e de outros grupos sociais subordinados continuaram a ser definidas como subversivas e criminalizadas. A repressão aos “Súditos do Eixo” fortaleceu o aparato repressivo que, durante a Guerra Fria, se dedicou à perseguição aos movimentos sociais.

Quando o Estado Novo deu sanção sem precedentes às manifestações de rua desenfreadas, desestabilizou a estrutura institucional criada desde 1930. Em 1945, essa dinâmica tensa e contraditória custou a Getúlio Vargas a presidência. Cinco anos depois, porém, ele voltaria “nos braços do povo” e, após seu suicídio em 1954, uma nova onda de protestos nacionalistas ajudaria a consolidar seu lugar na história como mártir sacrificado em nome do homem comum.

Conclusão

A releitura da história brasileira nas décadas de 1930 e 1940, à luz da relação entre o país e a Segunda Guerra Mundial esboçada neste artigo, baseia-se na articulação entre premissas e proposições oriundas de diversas escolas historiográficas.

A abordagem do desenvolvimento do capitalismo como um sistema global, entrelaçado à ascensão e ao declínio de potências hegemônicas e à reconfiguração dos sistemas internacionais, demanda uma análise integrada de processos históricos frequentemente tratados de forma fragmentada por especialistas de diferentes campos (história econômica, história social, história política, defesa, política externa, etc.). Compreender a difusão gradual do modelo de Estado nacional, baseado no princípio da soberania popular, a partir do século XIX, como um dos vetores da reconfiguração desse sistema capitalista global, impõe a problematização da naturalização do espaço nacional como enquadramento primordial das metanarrativas históricas.

Como coroamento da longa crise do sistema de equilíbrio de poder que caracterizou a hegemonia britânica, a Segunda Guerra Mundial deixa de ser vista como um cenário externo pontual para ser abordada como um processo global de disputa sobre a natureza das relações entre os Estados nacionais e suas respectivas sociedades. Da perspectiva brasileira, a problematização dos marcos cronológicos que delimitam o início e o final da guerra contribui para destacar o fato

de que os riscos e oportunidades abertos pela crescente confrontação entre as grandes potências permaneceram como um fator central na definição do campo de possibilidades de ação do Estado brasileiro durante todas as fases do primeiro governo Vargas.

A compreensão da natureza da guerra total como catalisador de mudanças na relação entre defesa e projetos de desenvolvimento econômico, assim como nas relações de raça, classe e cidadania, oferece novas perspectivas para a análise da emergência do nacionalismo de massa no país, quiçá contribuindo para a superação da polarização analiticamente paralisante entre o estigma do populismo e a apologia do trabalhismo.

Referências bibliográficas

- Abreu, Marcelo de Paiva. “The Brazilian Economy, 1930-1980”. Em *The Cambridge History of Latin America, Vol. IX Brazil Since 1930*, ed. Leslie Bethell, 283-394. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- Alberto, Paulina L. *Termos de Inclusão: Intelectuais Negros Brasileiros no Século XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- Albuquerque, José de. *Getúlio Vargas e a Política Eugênica. Conferência, Etc.* Rio de Janeiro, 1940.
- Alem, Silvio Frank. “Os Trabalhadores e a ‘Redemocratização’: (Estudo Sobre o Estado, Partidos e a Participação Dos Trabalhadores Assalariados Urbanos Na Conjuntura Da Guerra e Do Pos-Guerra Imediato) 1942-1948.” Dissertação de Mestrado em História, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1981.
- Amaral, Luciana Pucu Wollmann do. “Niterói Operário: Trabalhadores, Política e Lutas Sociais Na Antiga Capital Fluminense (1942-1964).” Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2016.
- Anderson, Benedict R. O’G. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Verso, 1983.
- Anderson, Perry. “Origins of the Present Crisis.” *New Left Review*, 23, n. 1 (1964): 26–53.
- Andrews, George Reid. *America Afro-Latina: 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2021.
- Arrighi, Giovanni. “The Three Hegemonies of Historical Capitalism.” Em *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*, org. Stephen Gill, 148-185. Cambridge University Press., 1993.
- Arrighi, Giovanni. *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*. Verso, 1994.
- Barnhart, Edward N. “Citizenship and Political Tests in Latin American Republics in World War II.” *Hispanic American Historical Review*, 42, n. 3, (1962): 297–332.
- Beckert, Sven. *Empire of Cotton: A Global History*. New York: Alfred A. Knopf, 2014.
- Braudel, Fernand. *The Mediterranean: And the Mediterranean World in the Age of Philip II*. Edição abreviada. New York: HarperCollins, 1992.
- Buchanan, Andrew. “Domesticating Hegemony: Creating a Globalist Public, 1941–1943.” *Diplomatic History* 45, no. 2 (2021): 301–29.
- Buchanan, Andrew. “Globalizing the Second World War.” *Past & Present*, 258, no. 1 (2023): 246–81.

- Buchanan, Andrew. *World War II in Global Perspective. Wiley Short Histories.* Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, 2019.
- Burawoy, Michael. “For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi.” *Politics & Society* 31, n. 2 (2003): 193–261.
- Conn, Stetson, e Byron Fairchild. *The Framework of Hemisphere Defense.* Washington, D.C.: Office of the Chief of Military History, U.S. Army, 1989.
- Correio da Manhã. “Na Semana da Pátria – A Parada de Hoje na Praça Paris.” *Correio da Manhã*, 04 de setembro de 1938, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- Costa, Hélio da. *Em Busca da Memória.* Rio de Janeiro: Scritta, 1995.
- D’Araujo, Maria Celina. *Vargas, Getúlio, 1883-1954. Perfil Parlamentares 62.* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.
- Falcão, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e Depoimento de Um Soldado Convocado.* Brasília: Editora UnB, 1998.
- Ferreira, Jorge. “Mortes No Mar, Dor Na Terra. Brasileiros Atingidos Pelo Ataque Do Submarino Alemão U-507 (Agosto de 1942).” *Estudos Ibero-Americanos* 43, n. 2 (2017): 275.
- Ferreira, Jorge. “‘Queremos Vingança’. O Afundamento de Navios Brasileiros Pelo Submarino Alemão U-507 e as Reações Populares No Rio de Janeiro.” *Revista Crítica Histórica* 8, n. 15 (2017): 208–31.
- Fontes, Paulo, Alexandre Fortes, e David Mayer, eds. *Brazilian Labour History: New Perspectives in Global Context. International Review of Social History Special Issue 25.* Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- Fortes, Alexandre. “Reframing Citizenship for a New World Order.” Em *The Second World War and the Rise of Mass Nationalism in Brazil*, por Alexandre Fortes. Cham: Springer International Publishing, 2024.
- Fortes, Alexandre. “The 1942 Anti-Axis Demonstrations: Taking to the Streets.” Em *The Second World War and the Rise of Mass Nationalism in Brazil*. Cham: Springer International Publishing, 2024.
- Fortes, Alexandre. *Nós Do Quarto Distrito: A Classe Trabalhadora Porto-Alegrense e a Era Vargas.* Coleção Anpuh- RS. Porto Alegre/Caxias do Sul: Garamond Universitária/EDUCS, 2004.
- Frank, Waldo. “Our Island Hemisphere.” *Foreign Affairs* 21, n. 3 (1943): 513.
- Freire, Carlos Renato Araújo. “Quebra-quebra de 1942: um dia para lembrar.” Dissertação de Mestrado, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2014.
- Freyre, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala.* Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- Freyre, Gilberto. “‘O Exemplo de Ibiapina’. *Diário de Pernambuco*, 11 June 1942. Anexo a ‘Arrest of Gilberto Freyre. Well-Known Pernambuco Writer’. Leo J. Callanan, American Consul. American Consulate, Pernambuco, Brazil.” June 13, 1942. Records of the Foreign Service Posts of the Department of State (Record Group 84), Entry 2154, Political Reports. Textual Records from the Department of State. U.S. Consulate, Recife, Brazil, Box 1 (1938-1949). US National Archives and Records Administration.
- Friedman, Max Paul. *Nazis and Good Neighbors: The United States Campaign against the Germans of Latin America in World War II.* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Galbraith, John Kenneth. *A era da incerteza.* São Paulo/Brasília: Pioneira; Editora da UnB, 1979.

- Gomes, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Vértice, 1988.
- Graham, Jessica Lynn. *Shifting the Meaning of Democracy: Race, Politics, and Culture in the United States and Brazil*. Oakland: University of California Press, 2019.
- Grossi, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem: Uma História de Experiência Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. “Africanism and Racial Democracy: The Correspondence between Herskovits and Arthur Ramos (1935–1949).” *E.I.A.L* 1, n. 19 (2008): 53–79.
- Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. “Democratie Raciale.” *Cabiers Du Brésil Contemporain* 49–50 (2002): 11–37.
- Hobsbawm, E. J. *The Age of Extremes: A History of the World, 1914-1991*. New York: Pantheon Books, 1994.
- Hobsbawm, E. J. *The Age of Revolution 1789-1848*. New York: Vintage Books, 1996.
- Hobsbawm, E. J. *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. 2ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- Hoover, J. Edgar. “Memo to Adolf Berle Jr, Assistant Secretary of State. Subject: Political Reasons for the Appointments of Filinto Muller and Dutra Menezes, Rio de Janeiro, Brazil.” August 15, 1943. *Record Group 319 (Records of the Army Staff)*, Entry NMr347c, Box 216. National Archives and Records Administration.
- Huggins, Martha K. *Pólicia e Política: Relações Estados Unidos América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.
- Ianni, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico No Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- Jobim, José. *Brazil in the Making*. New York: Macmillan Co., 1944.
- Krieger, Heinrich. “Die Rassenfrage in Brasilien: Ein Kritisches Überblick Unter Besonderer Berücksichtigung Der Gesetzgebung Und Des Schrifttums.” *Archiv Für Rassen- Und Gesellschafts-Biologie Einschließlich Rassen- Und Gesellschafts-Hygiene Band 34*, n. 1 (1940): 09–54.
- Lima, Jorge de. *Rassenbildung Und Rassenpolitik in Brasilien*. Leipzig: Verlag Der Duerer-Bund, 1934.
- Linden, Marcel van der. *Workers of the World: Essays toward a Global Labor History. Studies in Global Social History*. Leiden/Boston: Brill, 2008.
- Mandel, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- Martins, Eloy. *Um Depoimento Político*. Editora do Autor, 1989.
- McCann, Frank D. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. Princeton: Princeton University Press, 1974.
- Mello, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: UNESP, 2009.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Niterói: Editora da UFF, 2019.
- Moura, Gerson. *Autonomia Na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- Needell, Jeffrey D. “History, Race, and the State in the Thought of Oliveira Viana”. *Hispanic American Historical Review* 75, n. 1 (1995): 1–30.

O Dia. “Mensagem de Henry Wallace ao Povo Brasileiro - Democracia Genética.” *O Dia*, 19 de março 1943, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Oliveira Viana, Francisco José de. *Populações meridionais do Brasil*. Edição do Autor, 1920.

Oliveira Viana, Francisco José de. *Raça e assimilação: os problemas da raça, os problemas da assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

Overy, Richard. *Blood and Ruins. The Great Imperial War, 1931-1945*. London: Penguin Books, 2023.

Paoli, Maria Célia. “Os Trabalhadores Urbanos Na Fala Dos Outros: Tempo, Espaço, e Classe Na História Operária Brasileira.” Em *Cultura e Identidade Operária*, org. José Sérgio Leite Lopes. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional/Marco Zero, 1987.

Perazzo, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da Guerra: Os “Súditos do Eixo” nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Humanitas: Imprensa Oficial, 2009.

Petterson, Horace C. “Military Intelligence Division, W. D. G. S. Military Attaché Report, ‘Demonstration Celebrating the Anniversary of the Break with the Axis.’” February 11, 1944. *Record Group 319 (Records of the Army Staff)*, Entry NMR347c, Box 216. National Archives and Records Administration.

Polanyi, Karl. *The Great Transformation*. New York: Octagon Books, 1975.

“President Vargas’ Labour Day Speech on 1st May 1943.” May 1, 1943. *Foreign Office*, Entry 128, Folder 422 - 1943 – “Brazil: Political and General.” National Archives of the United Kingdom.

Prüfer, Kurt. “Telegram from the German Embassy in Brazil, Rio de Janeiro, to the German Foreign Office”. *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, November 29, 1941. RZ 102-29548, 378-379.

Ramos, Arthur. *Guerra e relações de raça*. Rio de Janeiro: Departamento editorial da União Nacional dos Estudantes, 1943.

Ribeiro, Felipe Augusto dos Santos. “A Foice, o Martelo e Outras Ferramentas de Ação Política: Os Trabalhadores Rurais e Têxteis de Magé (1956-1973).” Doutorado em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2013.

Rowell, Edward J. “Labor under the New Brazilian Government, Prepared by Edward J. Howell, Labor Attaché. American Embassy, Rio de Janeiro.” *US National Archives and Records Administration*, November 1945.

Seitenfus, Ricardo Antônio Silva. *A Entrada Do Brasil Na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

Seitenfus, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos, 1930-1942: O Processo do Envolvimento Brasileiro Na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

Silver, Beverly J. *Forces of Labor: Workers’ Movements and Globalization since 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Tabajara, Nelson. “Reflexões sobre o Carnaval.” *O Jornal*, 03 de julho de 1937. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

The New York Times. “Reich Outpaces US for Brazilian Trade.” *The New York Times*, 07 de dezembro 1936.

- Thompson, E. P. "As Peculiaridades Dos Ingleses." *Em As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*, org. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.
- Tilly, Charles. "The Emergence of Citizenship in France and Elsewhere". *International Review of Social History* 40, n. S3 (1995): 223–36.
- Tilly, Charles. *Citizenship, Identity and Social History. International Review of Social History, Supplement Series 3*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- Tomich, Dale. "The Second Slavery and World Capitalism: A Perspective for Historical Inquiry." *International Review of Social History* 63, n. 3 (2018): 477–501.
- U.S. Federal Bureau of Investigation (FBI). *History of the Special Intelligence Service Division (of the FBI)*. Washington, D.C.: GPO, 1947.
- Valle, Ciro de Freitas. "Letter from Ciro de Freitas Valle, Brazilian Ambassador in Germany, Berlin to Joachim von Ribbentrop German Foreign Minister." *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, January 29, 1942. RZ. 102-295, p. 470.
- Vargas, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- Vargas, Getúlio. *O Pensamento Político de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, 2004.
- Vianna, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Vinagre, José Caó. "Os Guerreiros de Bronze." *A Noite*, 04 de novembro de 1944, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- Wallerstein, Immanuel Maurice. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.
- Webster, Eddie. "“Sair da sala de aula e ouvir os trabalhadores”: movimentos sociais, história e universidade na África do Sul." *História Social*, 3 (1996): 157-171.
- Weffort, Francisco. "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do Após-Guerra)." *Estudos Cebrap*, 4 (1973).
- Wimmer, Andreas, e Nina Glick Schiller. "Methodological Nationalism and beyond: Nation-State Building, Migration and the Social Sciences." *Global Networks* 2, n. 4 (2002): 301–34.
- Wolfe, Joel. *Working Women, Working Men: São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press, 1993.

Recebido: 31 de julho de 2025

Aprovado: 22 de novembro de 2025